

	<p align="center"><b>COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO PARANÁ</b>  SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA  CONSELHO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO PARANÁ – COSEMS/PR</p>	<p align="center"><b>7ª/10</b>  REUNIÃO  ORDINÁRIA  09/12/2010</p>
---	--	--

**ATA/RESUMO DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA de 2010 – 09/12/2010**

**Local:** Auditório do Hotel Condor – Curitiba/PR.

**Participantes**

**COSEMS/PR:** Marina S. R. Martins (Terra Boa); Antonio Carlos Figueiredo Nardi (Maringá); Eliane Chomatas, Cícero Lotário Tironi; Lisete Engelmanm (Coronel Vivida); Margarete Debértolis (Matelândia); Valdemir Domingos Scarpari (Laranjeiras do Sul).

**SESA:** Carlos Moreira Júnior e Carlos Manuel dos Santos (coordenação); Erlene Tedeschi dos Santos, Grasiela Pomini; Irvando Luiz Carula; José Lúcio dos Santos; Maria Leonor Fanini Paulini; Sandra Tolentino.

**Secretária Executiva:** Maria da Graça Lima.

**Representantes do CES/PR:** Carmem C. Moura Santos.

Carlos Moreira Júnior, Secretário de Estado da Saúde, iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, iniciando na sequência pelos pontos de pauta.

**Expedientes**

**1. Aprovação da ata da 6ª reunião ordinária de 2010.**

Carlos Augusto Moreira Júnior, indagou se alguém tinha alguma alteração na ata, sendo colocado que não, a ata foi aprovada sem alterações.

**REUNIÕES DAS CÂMARAS TÉCNICAS:**

**1. Câmara Técnica da Vigilância em Saúde:** relato feito por José Lúcio dos Santos.

• **Proposta de Incentivo para Fortalecimento da Rede de Informação em Saúde do Trabalhador no Paraná:** José Lúcio inicialmente observou que essa política vem tendo avanços em diversas áreas, só que o mesmo não ocorre em relação à notificação. Informou sobre proposta de Resolução da SESA, permitindo o repasse de recursos Fundo a Fundo, na forma de incentivo, aos municípios, para a aquisição de equipamentos de informática, de forma a contribuir para o aumento das notificações compulsórias dos agravos relacionados ao trabalho. Apresentou a proposta de incentivo: repasse de R\$ 2.000,00 para municípios com até 50 mil habitantes; R\$ 6.000,00 para municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes; e, R\$ 12.000,00 para municípios acima de 100 mil habitantes, totalizando R\$ 1.010.000,00. Registrou sobre outra proposta relacionada à área de Saúde do Trabalhador, mas, que deve ser aprofundada no próximo ano, que é a instalação de ambulatórios de Saúde do Trabalhador junto aos hospitais universitários e aos consórcios, observando que essa estratégia permitiria cobrir a lacuna que hoje existe no Estado, na assistência ao trabalhador. **Definição:** *aprovada a proposta de incentivo apresentada.*

• **Proposta de Resolução sobre bactérias Multirresistente:** José Lúcio informou que em função da KPC, a Secretaria de Estado, em conjunto com técnicos da SMS de Curitiba e representantes das Sociedades Científicas, construiu uma proposta de resolução, para o controle da bactéria multirresistente, que foi apresentada na CTVS, comunicando que após sua assinatura pelo Secretário de Estado, será disponibilizada no site da Secretaria de Estado da Saúde.

• **Encaminhamentos da reunião anterior em relação à NR32 e Projeto de Lei sobre a Raiva:** em relação à NR32, José Lúcio informou que foi enviado ofício da CIB/PR para o MS, com cópia para a CIT e, que a SESA também enviou ofício ao Ministério do Trabalho, ambos, registrando as dúvidas que existem em relação à implantação dessa Norma. Informou que a CIT constituiu um Grupo Técnico de Trabalho para discussão de prazos para implantação da NR32. Quanto ao Projeto de Lei sobre a Raiva, informou que foi constituído um Grupo que elaborou um parecer relativo a ele, sendo marcada uma audiência com o Deputado Cheida, para o dia 14/12/2010, para contrapor alguns pontos do Projeto. Na sequência registrou que o Ministério determinou o recolhimento de todas as vacinas antirrábica do lote 59, informando que as Regionais estão providenciando esse recolhimento junto aos municípios, comunicando que as mesmas deverão ser repostas pelo MS. Observou, entretanto, que a situação só deverá se regularizar no início do próximo ano.

• **AFE:** José Lúcio colocou que a CTVS também discutiu sobre a Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE), informando que até o dia 31/12/2010 o Estado estará aceitando os protocolos, após esse prazo, os processos deverão ser protocolados diretamente na ANVISA. Encerrada a apresentação dos temas discutidos na Câmara Técnica e aberto para discussão, Marina Martins, inicialmente registrou que a discussão da NR32, foi levada para o âmbito da CIT, pela CIB/PR, registrando

preocupação com o prazo de 180 dias, definido somente para os serviços públicos se adaptarem, ficando como incógnita para os serviços privados. Considerou que a definição dos prazos deve ser uniforme, e, em todo o Estado, observando que serão as VS dos municípios que irão fazer a inspeção e precisam ter uma orientação / procedimento padrão, tanto para os serviços públicos como privados. Em relação à proposta de incentivo para a área de Saúde do Trabalhador, deixou claro que o objetivo é permitir que todos os municípios possam trabalhar a notificação que, hoje, apresenta falhas. Em resposta à questão levantada por Marina sobre os prazos para os serviços privados, José Lúcio observou que acabam fechando em 180 dias, considerando os prazos normais para fiscalização. Nardi sugeriu que fosse feita uma deliberação, estabelecendo o prazo de 180 dias, tanto para os serviços públicos como para os serviços privados se adequarem, respaldando, dessa forma, as VISA municipais e Estadual. **Definição:** aprovado o encaminhamento proposto, ficando o superintendente da SVS, responsável por elaborar, junto com o Grupo da CTVS, o texto da Deliberação.

#### **TEMAS PARA APRESENTAÇÃO / DISCUSSÃO / PACTUAÇÃO:**

**1. FAN – pactuação dos recursos de 2011:** Erlene Tedeschi dos Santos, inicialmente esclareceu que se trata do Fundo de Alimentação e Nutrição, informando sobre as Portarias GM/MS nºs 2.324/2009 e 1.630/2010, que dispõe quanto a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e estabelecem incentivos para sua implementação. Apresentou as diretrizes do PAN e as ações desenvolvidas com os recursos de 2009, informando, que para a execução das ações em 2011, existe um residual dos recursos de 2009 e os recursos da Portaria 1630/2010. Apresentou as propostas de ações para 2011: 1. Realização de Seminário Estadual de Alimentação e Nutrição no SUS; 2. formação de tutores estaduais, regionais e municipais para a implementação da Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Complementar Saudável; 3. atualizações referentes às iniciativas relacionadas ao Hospital Amigo da Criança, Rede Amamenta Brasil e Banco de Leite Humano; 4. reuniões de atualizações com os profissionais do nível estadual vinculados à área de alimentação e nutrição. Informou a totalidade dos recursos destinados ao Paraná: 1. SESA => R\$ 120.000,00; Cascavel, Colombo e São José dos Pinhais => R\$ 30.000,00 cada; R\$ 20.000,00 para Guarapuava; Foz do Iguaçu, Maringá, Ponta Grossa => R\$ 35.000,00 cada; Londrina => R\$ 50.000,00; e Curitiba => R\$ 80.000,00. Registrou que só é possível a execução das ações porque existe a parceria da SESA com os municípios, e, ambas instâncias, aportam mais recursos no programa para dar conta das ações que devem ser desenvolvidas. Registrou que a proposta não precisa de deliberação da CIB. Carlos Augusto Moreira Júnior, ponderou quanto a necessidade do Sistema discutir cada vez mais praticas saudáveis de alimentação, lembrando que a pouco tempo atrás, o desafio era garantir o alimento para a população, e, agora é consolidar a pratica saudável de alimentação. Marina colocou que na última reunião do CONARES (CONASEMS), o Ministério fez uma apresentação em relação a isso, e, os representantes do COSEMS Paraná e Pernambuco, levantaram a questão que atualmente é um dos grandes problemas da gestão municipal, que são as demandas por suplementação alimentar, nutrição, etc., colocando que os representantes do MS demonstraram surpresa com essa informação. Colocou que nessa reunião também informou que o PR está fazendo um levantamento dessa questão, e, assim que este estiver concluído será enviado ao Ministério para conhecimento e análise, com o pedido de que aquela instância tenha um outro olhar para o FAN, não prevendo somente ações de capacitação, mas, também, aquilo que mais pesa nos municípios, que são as receitas de alimentação especiais, que acabam tendo que ser resolvidas pelos gestores municipais. Antonio Carlos Nardi registrou sua indignação quanto a documento enviado pela Secretaria de Ação Social do Paraná para todos os municípios, comunicando que o fornecimento de alimentos especiais não é responsabilidade da Assistência Social, mas sim, uma atribuição específica da área da Saúde e que esta, era uma deliberação da Bipartite, indagando de qual Bipartite se trata. Erlene esclareceu que se trata da Bipartite da área da Assistência Social (SUAS). Nardi ponderou que a CIB da Assistência Social não pode deliberar sobre outra área, muito menos, determinar uma incumbência para outra Secretaria. Erlene informou sobre reunião que os técnicos da SPP tiveram com o pessoal da área de alimentação e nutrição do MS, onde colocaram a questão das demandas por alimentação especial existente no Estado e, o posicionamento dos técnicos do MS foi de que essa não é uma atribuição da Saúde, cabendo aos Estados e municípios que entraram nesse processo resolver a questão.

**2. Caderneta de Saúde do Adolescente:** Erlene informou sobre a Portaria GM/MS nº 3.147/2009, que cria a caderneta de saúde do adolescente, e, prevê o repasse de R\$ 60.000,00 para sua implantação, sendo que, para receber o recurso, se fazia necessário o envio de projeto ao MS devidamente aprovado pela CIB. Informou sobre deliberação CIB/PR nº 182 de 30/11/2010 que aprova “ad referendum” o projeto, no qual está prevista a implantação prioritária nos municípios que aderiram ao Saúde na Escola e nos municípios prioritários em cada Regional, devendo ser feita 06 oficinas e 02 reuniões de processo

101 educacional e 01 reunião de avaliação e monitoramento. Aberto para discussão, Marina Martins  
102 observou que o recurso é muito pouco e o projeto atendeu ao que foi possível. Destacou que a escolha  
103 dos municípios que aderiram ao Saúde na Escola, foi uma forma de fazer com que a caderneta tenha  
104 sentido, pois, amarra a sua implantação à estratégia de Saúde da Família em conjunto com a Secretaria  
105 de Educação. **Definição:** *homologado o projeto apresentado.*

106 **3. Programa Saúde na Escola:** Erlene informou sobre Portaria GM/MS nº 3.696/2010 que estabelece  
107 critérios para adesão ao Programa para o ano de 2010 e divulga a lista de municípios aptos para  
108 manifestação de interesse em aderir ao mesmo, informando que para o Paraná foram listados 252  
109 municípios aptos. Informou que o prazo para manifestação de interesse em participar do Programa foi  
110 prorrogado para 08/12/2010, e, o prazo para encaminhamento dos Termos de Adesão e projetos,  
111 devidamente homologados pela CIB, é, até 23/01/2011. Registrou que estava enfatizando essa data por  
112 se tratar de um período bastante complicado para os gestores, uma vez, que grande parte da equipe  
113 está de férias. Em relação à homologação do Projeto pela CIB, colocou que a proposta é de que a  
114 homologação se dê nas CIB-Regionais. Carlos Manuel propôs que as CIB-Regionais informassem a  
115 CIB-Estadual dos projetos que homologaram naquela instância, devendo a SE-CIB/PR referendar os  
116 mesmos na CIB-Estadual. **Definição:** **1.** delegado para as CIB-Regionais a homologação dos projetos e  
117 dos termos de adesão ao PSE; **2.** as CIB-Regionais devem encaminhar a relação dos projetos  
118 homologados naquela instância para a SE-CIB/PR, que deverá informar a CIB/PR da relação total.

119 **4. Informações sobre a Rede Ambulatorial de Saúde Mental:** Erlene inicialmente lembrou que na  
120 reunião da CIB/PR de novembro, foi proposto que a Rede de Saúde Mental fosse discutida na 2ª  
121 reunião do ano de 2011 e, conforme essa proposta, encaminhou ofício a todas Regionais de Saúde  
122 orientando que a Rede fosse discutida em CIB-Regional, enviando junto todo o material que já havia  
123 sido discutido naquela instância, mais a relação das Portarias, Editais, Chamadas Públicas, que tratam  
124 do assunto, e, uma sugestão de roteiro com questões norteadoras para facilitar a discussão. Informou  
125 que no documento foi indicado o prazo até 18/02/2011, tendo em vista que o assunto deve ser pauta da  
126 2ª reunião da CIB/PR de 2011. Marina considerou pertinente o encaminhamento feito pela SPP/SESA,  
127 ponderando que as questões norteadoras propostas, devem ajudar nas discussões.

128 **5. Informações sobre a consolidação das planilhas do TCE, referente à estratégia de Saúde da**  
129 **Família:** Erlene lembrou que se trata da Auditoria Operacional que o TCU e TCE fizeram no Governo  
130 Federal, nos Estados e municípios, na qual consideravam, inclusive, a satisfação do usuário que está  
131 sendo atendido pela estratégia. Colocou que uma recomendação feita para o Estado, foi o de verificar o  
132 tipo de vínculo de todos os profissionais que atuam na estratégia de Saúde da Família. Dessa forma foi  
133 encaminhada para todas as Regionais de Saúde, planilha, a ser preenchida por todos os municípios,  
134 com essas informações. Apresentou planilhas com o consolidado das informações repassadas pelas  
135 Regionais, uma com os profissionais contratados pelas prefeituras e o tipo de vínculo e outra com os  
136 profissionais contratados por outras entidades. Esclareceu que trouxe essa questão para a Bipartite  
137 porque o TCE, no início do mês, solicitou à Secretaria de Estado que enviasse o resultado desse estudo  
138 ao Tribunal, mesmo, sem ter as informações de todas as Regionais, mas, como ainda faltavam muitas  
139 Regionais, colocou que pediu um novo prazo, até esta reunião da CIB/PR, para enviar as informações.  
140 Informou que, nesse meio tempo, demandou novamente às Regionais para que providenciassem o  
141 preenchimento da planilha junto aos municípios, registrando que ainda falta o consolidado de 04  
142 Regionais. Considerou que aqueles municípios que não enviaram suas informações, deveriam atender  
143 ao pedido do TCE, mesmo que o contrato seja considerado precário pelo TCE, para não ficar em débito  
144 com aquela instância. Observou que, comparado aos demais Estados do Brasil, o Paraná ainda  
145 apresenta uma situação melhor, com poucos municípios contratando por RPA e/ou outros vínculos.  
146 Nardi considerou a situação preocupante, destacando que os municípios que estão contratando por  
147 RPA estão descumprindo a Lei, correndo o risco de terem suas contas reprovadas. Observou, ainda,  
148 que o Conselheiro Luiz Fernando Guimarães, está sendo eleito, hoje, presidente do TCE, lembrando  
149 que em reunião da CIB/PR deixou claro que é contra os contratos considerados precários.

150 **6.** Erlene informou sobre ofício encaminhado pela SVS/MS de nº 147/2010, que passa para o Estado  
151 do Paraná 38 mil comprimidos de paracetamol 500mg, para uma possível epidemia de dengue no verão  
152 2010/2011, para ser utilizado na Atenção Primária em Saúde. Mas, tendo em vista que no Paraná já foi  
153 feita a distribuição do estoque estratégico, informou que esses 38 mil comprimidos estão sendo  
154 mantidos em estoque, para suprir alguma eventual necessidade deles, pelos municípios.

155 **7. PLANEJASUS:** Marina registrou que o projeto referente ao recurso de 2010, deve ser encaminhado  
156 ao MS até o dia 10/12/2010, com a devida aprovação da CIB/PR. Informou que o montante de recurso  
157 para 2010 é da ordem de R\$ 967.000,00, sendo alocado na sua totalidade no Fundo Estadual de  
158 Saúde, lembrando que esse recurso é só para custeio Lembrou que nos recursos anteriores priorizou-

159 se capacitar os gestores quanto aos instrumentos de gestão, sendo possível observar avanços nessa  
 160 área (Planos de Saúde, Relatório de Gestão, Programação Anual, etc), colocando que para o recurso  
 161 de 2010 é: destinar 50% na otimização de reuniões que envolvam questões relacionadas à Política, na  
 162 realização de oficinas de trabalho, capacitações e eventos do planejamento; e, 50% para custear  
 163 projetos de municípios que tenham interesse em desenvolver ações de planejamento no município.

164 **Definição:** *aprovado o Plano de Trabalho referente ao incentivo de 2010 do PLANEJASUS.*

165 **8. Informações sobre a atualização do PDR:** Irvando Carula observou que essa é uma demanda da  
 166 reunião anterior, colocando que ainda se faz necessário fazer uma nova revisão dos dados enviados  
 167 pelas Regionais, pois, foram encontradas inadequações, quais sejam: nas redes de alta complexidade  
 168 foram inseridos prestadores não habilitados como referência; na planilha com informações da média  
 169 complexidade foram informados serviços de alta complexidade, principalmente nas internações  
 170 obstétricas; foram utilizadas siglas não identificadas; nas redes de alta complexidade foram excluídos  
 171 (ignorados) prestadores habilitados da regional e citados como referência, prestadores de outra  
 172 regional; algumas regionais modificaram as planilhas dificultando o trabalho de agregação; algumas  
 173 planilhas estão sem informações sobre aplicação dos recursos próprios, e outras; algumas regionais  
 174 não observaram o padrão dos dados solicitados. Informou que as planilhas serão devolvidas às  
 175 Regionais, para uma nova revisão, com a orientação de que sejam reenviadas em tempo hábil para  
 176 discussão na próxima reunião da Câmara Técnica de Gestão e Planejamento.

177 **9. Levantamento sobre informações das demandas por suplementação alimentar, órtese e**  
 178 **prótese, e medicamentos:** Irvando lembrou que essa também é uma demanda da reunião anterior,  
 179 informando que as planilhas elaboradas pelos representantes da CTGP foram remetidas para todas as  
 180 Regionais de Saúde, com a orientação de que providenciassem o levantamento das informações junto  
 181 aos municípios. Registrou que 20 Regionais encaminharam as planilhas, mas, elas devem ser  
 182 devolvidas para revisão, pois, apresentam várias inconsistências, além, de informações incompletas.  
 183 Encerrou desejando a todos um Feliz Natal e um próspero ano de 2011. Nardi reforçou a necessidade  
 184 de se levar essa questão para discussão no âmbito do Ministério da Saúde, ressaltando que também é  
 185 preciso ter a parceria dos Estados, pois, essas demandas estão crescendo cada vez mais, com a  
 186 responsabilidade cabendo praticamente à esfera municipal. Registrou que esse é um assunto que fica  
 187 agendado como pauta do COSEMS/PR, para ser fomentado junto com a equipe da SESA que estará  
 188 assumindo no ano de 2011, reforçando a necessidade da parceria do Estado, devendo também ser  
 189 remetida ao CONASS e CONASEMS para ser dividida com o MS. Agnaldo Gouveia, coordenador do  
 190 Consórcio Intermunicipal de Saúde da região de Umuarama, reforçou a colocação do Nardi, observando  
 191 que muitas vezes a responsabilidade está sendo repassada para o consórcio.

#### 192 **Temas para Aprovação / Homologação**

193 **• Alterações nos tetos financeiros dos municípios em gestão plena e sob gestão do Estado,**  
 194 **referentes à competência dezembro e janeiro:** Ilza Menegasso, técnica do DEOG/SGS, informou o  
 195 remanejamento de recursos do teto sob a gestão do Estado para o teto de Londrina, na competência  
 196 dezembro, na ordem de R\$ 3.357,20, referente ao atendimento de 11 pacientes com síndrome de down  
 197 que estão saindo de Cambé para Londrina. Em relação à competência Janeiro informou o  
 198 remanejamento de recursos do teto de Dois Vizinhos, para o teto sob gestão do Estado, no montante de  
 199 R\$ 533,79, referente a 01 AIH de Boa Esperança do Iguçu que estava pactuada com Dois Vizinhos e  
 200 foi repactuada para Pranchita. **Definição:** *aprovado os remanejamentos informados.*

201 **• Qualificações PACS / PSF e Saúde Bucal:** Marina informou as qualificações de outubro: PACS:  
 202 ampliação de 35 em Dois Vizinhos e de 14 em Bocaiúva do Sul; Saúde da Família: ampliação de 01  
 203 equipe em Corbélia e implantação de 03 em Bocaiúva do Sul; Saúde Bucal: Modalidade I =>  
 204 implantação de 03 equipes em Bocaiúva e de 01 em Palmeira, e, ampliação de 01 equipe em Barracão,  
 205 Ubiratã e Apucarana, referente à mudança de modalidade de II para I. **Definição:** *homologadas as*  
 206 *qualificações apresentadas.*

207 **• Habilitação de CEO e LRPD:** Marina informou a habilitação de 01 LRPD em Goioerê, Engenheiro  
 208 Beltrão e Diamante do Sul. **Definição:** *Homologada as habilitações apresentadas.*

209 **• Remanejamento de servidor oriundo da Fundação Nacional de Saúde:** Marina informou o  
 210 remanejamento de Maria Lúcia da Silva Souza, atendente de enfermagem, lotada na 13ª Regional de  
 211 Saúde, para a Coordenação Regional da Bahia, Distrito de Saúde Especial Indígena. **Definição:**  
 212 *homologado o remanejamento apresentado.*

213 **• Na sequência Marina comunicou que foi encaminhado à Mesa, pedido de informações sobre o**  
 214 **repasso dos recursos referente à incorporação dos Agentes de Endemias às equipes de Saúde da**  
 215 **Família, pois, como uma parcela de municípios será contemplada com o recurso constante da Portaria,**  
 216 **a ser repassado diretamente pelo MS, e, outra parcela com recursos do teto alocado no Estado, há**

217 duvidas sobre como o recurso, referente à parcela que cabe ao Fundo Estadual, será repassado, se  
218 diretamente pelo Ministério ou pelo Fundo Estadual. José Lúcio esclareceu que foi solicitado ao MS, o  
219 desconto do teto alocado no Fundo Estadual, do valor correspondente ao montante da parcela  
220 assumida pela Secretaria de Estado para a incorporação dos ACE na atenção primária, para repasse  
221 direto pelo MS nos respectivos Fundos Municipais. Colocou que em contato com técnico do Ministério  
222 foi informado que a Portaria ainda não foi publicada, e, assim que for publicada será providenciado o  
223 repasse. Ângela Pistelli, técnica da SPP/SESA, considerou que os gestores, tanto municipal como  
224 estadual, deveriam fazer um movimento no sentido de agilizar a publicação da Portaria.

225 • Carlos Augusto Moreira Júnior informou sobre pedido para aumento do teto SUS do município de  
226 Londrina no valor de R\$ 898.395,57, já aprovado pela CIB-Regional, para atender ao aumento da  
227 demanda que deverá ocorrer em função da ampliação da capacidade instalada no Consórcio  
228 Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema e dos Hospitais Zona Sul e Zona norte. Registrou  
229 que o pleito já foi enviado ao Ministério com a aprovação da CIB/PR. **Definição:** *homologado o pleito de*  
230 *incremento de recursos no teto de Londrina no montante de R\$ 898.395,57/mês.* Carlos Augusto  
231 Moreira Júnior informou, também, sobre o pleito de Araucária para recomposição do teto de média e  
232 alta complexidade, *o que foi aprovado por todos.* Marina lembrou que esses pedidos têm a aprovação  
233 da CIB/PR sendo encaminhado para o Ministério para análise e providências.

234 • Em seguida Marina fez um relato sucinto dos trabalhos desenvolvidos em 2010 pela CIB/PR,  
235 enfatizando principalmente as Oficinas realizadas em 17 Regionais de Saúde, visando o fortalecimento  
236 das CIB-Regionais, nas quais se procurou verificar a atuação dos CRESEMS e da Regional de Saúde  
237 naquela instância de pactuação Regional, e, orientar sobre o funcionamento da mesma. Registrou a  
238 grata satisfação que teve na execução desse trabalho, agradecendo a todas as Regionais e CRESEMS  
239 que acolheram a proposta da CIB/PR e a equipe responsável pela sua execução, sendo: pelo  
240 COSEMS/PR ela e Luzia Tiemi Oikawa, e, pela SESA, Graça Lima e Maria Leonor Fanini Paulini, ou, na  
241 impossibilidade da participação da Maria Leonor, Amauri Anselmo Dissenha. Informou que, como fruto  
242 desse trabalho, foi providenciada a confecção de pastas / canetas e de cadernos de anotações com o  
243 retrato do que foi a oficina, para distribuição aos integrantes das CIB-Regionais que já fizeram as  
244 oficinas. Colocou que o objetivo era distribuir esse material hoje, além, de se fazer uma apresentação  
245 com o resultado do trabalho desenvolvido, mas, infelizmente por problemas no software a apresentação  
246 teve que ser cancelada, e, a gráfica também não entregou os cadernos, mas, assim que forem  
247 entregues serão enviados às Regionais, sendo 01 para cada município e 05 para os representantes da  
248 Regional na CIB-Regional. Agradeceu, também, a cada um que esteve presente nas atividades  
249 realizadas durante o ano de 2010, especialmente à equipe da SE-CIB/PR e a assessoria do  
250 COSEMS/PR, e, aos técnicos da SESA e das SMS que contribuíram na construção das propostas  
251 pactuadas na CIB/PR. Agradeceu, ainda, ao Secretário de Estado e ao Carlos Manuel pela parceria,  
252 observando que há e sempre haverá divergências, mas, nesses casos a busca do consenso contribuiu  
253 para o crescimento do Sistema. Encerrou desejando a todos um Feliz Natal e um ano novo de muita  
254 saúde e paz. Antonio Carlos Nardi informou que no dia anterior foi assinada a 3ª Residência  
255 Terapêutica de Maringá, solicitando que já houvesse a aprovação “ad referendum” da CIBPR para a  
256 mesma. Em seguida agradeceu a parceria de todos (técnicos das Regionais, dos municípios, do Nível  
257 Central da SESA, etc.) que trabalharam diretamente em todos os momentos em que houve atividades  
258 da CIB/PR ou das instâncias de representação dos municípios (CONASS e CONASEMS). Observou  
259 que em vários momentos houve divergências / embates, mas, ponderou que isso faz parte do processo  
260 de construção do SUS, e que o fato de não haver submissão entre as instâncias contribuiu para  
261 solidificar o sistema. Desejou a todos um feliz natal, um próspero ano de 2011, e muito êxito para  
262 aqueles que estarão trilhando um novo caminho. Agradeceu especialmente à Marina, observando que  
263 ela exerceu um papel extremamente importante à frente do COSEMS/PR, e, apesar do aspecto frágil  
264 sempre foi de uma fortaleza que ajudou a avançar e continuar com o respeito mútuo que permeia a  
265 CIB/PR. Agradeceu também à Graça Lima e a Luzia Tiemi Oikawa, que são referência para os  
266 gestores, tanto no nível municipal como regional, fazendo uma ressalva especial para Edson  
267 Andruzinski, que passou a integrar este ano a equipe da SE-CIB/PR, agradecendo pela colaboração e  
268 pela paciência que ele tem com os gestores. Agradeceu especialmente ao Carlos Manuel, Diretor Geral,  
269 e ao Dr Moreira, pela parceria.

270 • Dr Carlos Augusto Moreira Júnior, em nome de toda a equipe da SESA, agradeceu a todos que  
271 compõem a Bipartite e que trabalham incansavelmente em prol da saúde do Paraná. Agradeceu  
272 especialmente à Marina pela profícua gestão frente ao COSEMS/PR, observando que apesar do  
273 convívio ter sido rápido, valeu a pena. Considerou que uma das forças do SUS é essa gestão colegiada,  
274 e, que a participação da sociedade na construção do Sistema é fundamental. Encerrou reforçando o

275 agradecimento, dando a boas vindas para a equipe que irá assumir a Secretaria, e, desejando a todos  
276 um Feliz Natal e sucesso em 2011.